

CARPA BLANCA

A instalação de uma tenda (*Carpa*) de cor branca em frente ao Congresso Nacional Argentino e o jejum rotativo de docentes durante 1003 dias (de 2/4/97 a 30/12/99) foram a forma de expressão e a estratégia de confrontação que a Confederação de Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA) encontrou para manifestar sua demanda por um fundo de financiamento para a educação pública do país. Dessa maneira, o sindicato docente conseguiu dar visibilidade, acompanhar e articular no âmbito nacional o conjunto cada vez mais heterogêneo e disperso de lutas sindicais docentes nas províncias da república. Com efeito, o que caracterizou a conflitividade docente no país durante a primeira metade da década foi a multiplicidade, a simultaneidade, a diversidade e o isolamento das lutas gremiais, assim como seu caráter cíclico e recorrente (GENTILI; SUÁREZ, 2004).

Superando as previsões dos sindicalistas, a *Carpa Blanca* foi ganhando a adesão de diferentes organizações sociais e sindicais do país e do estrangeiro através de múltiplas manifestações de consenso ativo. Apesar do mutismo inicial dos funcionários governamentais, a *Carpa* abriu um amplo debate social e político sobre o sentido, estado e futuro da educação pública na Argentina. Ao mesmo tempo, a modalidade adotada para a expressão das demandas significou um ponto de inflexão nas tradições de confrontação sindical. Tal como assinalara Beatriz Sarlo (1999), a “entrada em cena” da *Carpa Blanca* pode ser pensada como uma “obra conceitual”, “instalação urbana” e “*happening* continuado”, na medida em que se revelou uma potente “intervenção política cultural” dos docentes. Ao mesmo tempo em que inaugurou um “sentido de comunidade” e uma esfera de debate público sobre a escola e as condições para o ensino, foi se constituindo com velocidade em um ícone da “luta pela defesa da educação pública” da América Latina e do mundo (GALANO, 2001). O “branco” da *Carpa* remete facilmente à emblemática cor dos guarda-pós dos alunos e professores da escola pública e, com um esforço de memória, à “Marcha Branca” (*Marcha Blanca*) que o sindicalismo docente havia promovido em 1988, logo após uma histórica greve nacional de docentes que durou mais de 40 dias (RODRÍGUEZ; BERROSTEGUIETA, 1989). Por seu lado, o jejum dos docentes não é difícil de associar com a “fome” e

deterioração das condições de trabalho que suportavam desde a implementação das políticas de ajuste neoliberal.

A partir da emergência de questões que a política educacional do governo de Carlos Menem, até esse momento, vinha deslegitimando ou tratando de ocultar, a operação simbólica e midiática que os docentes produziram ao redor da *Carpa* inaugurou um processo efetivo de recomposição da agenda educativa. Novos temas e problemas começaram a ocupar um lugar central: o financiamento adequado da educação, a responsabilidade educativa do Estado nacional, a educação como um direito social que deveria ser garantido, o pagamento pontual dos salários docentes, a necessária vinculação da educação com o modelo e a política econômica, entre outras questões, vieram à tona na cena pública tornando mais políticos e gerais, e menos setoriais e reivindicativos, as demandas dos docentes. Contudo, além de implicar uma guinada na consideração pública dos assuntos educativos e nas modalidades de luta sindical e social, a *Carpa* também pode ser considerada um ponto de convergência e ressonância de lutas e resistências sociais muito heterogêneas. A partir da eficácia da estratégia adotada, multiplicada por várias greves nacionais de adesão de massa e numerosas mobilizações, os sindicatos docentes chegaram a congregar a vontade, a adesão e a presença de muitas pessoas em torno dessas questões (SUÁREZ, 2005).

Os sindicatos docentes já vinham resistindo às políticas econômica, laboral e educativa do governo de Carlos Menem. Identificavam-nas com o programa político neoliberal para América Latina e com a progressiva ingerência local dos organismos internacionais de crédito. Foram justamente esta filiação ideológica e política e as consequências econômicas, sociais e educativas nefastas que lhes eram atribuídas que se constituíram no pano de fundo do conflito social da época e que motorizaram a história da resistência social e sindical ao longo dos anos 90. Em um contexto geral de intensificação do descontentamento, existiram alguns focos de resistência que especificaram a oposição dos docentes à política educacional implementada. Um deles foi o processo de descentralização incentivado pela Lei de Transferência, ao que os sindicatos docentes denunciavam como uma estratégia das políticas neoliberais para compensar a perda de legitimidade do Estado nacional ante sua incapacidade (ou falta de vontade política) para responder às crescentes demandas sociais e para descomprimir o conflito social e docente ocasionado pelas medidas de ajuste estrutural e de reforma do sistema escolar

(MANGO; VÁZQUEZ, 2003). Outro foco da luta foi a Lei Federal de Educação. Os sindicatos docentes a associavam com a tentativa de cristalizar um marco legal que legitimara a reforma educativa neoliberal, assim como com a pretensão de certos setores de “privatizar e mercantilizar” a educação, borrando seu tradicional caráter público e de direito social.

Segundo a ótica sindical, as “políticas de desinvestimento” vinculadas aos processos de descentralização educativa não tinham consequências apenas na progressiva segmentação do sistema educativo através de circuitos educativos diferenciados segundo o setor social, mas também impactavam sobre o salário e condições de trabalho dos docentes. Dessa maneira, deveria se somar à fragmentação do sistema educativo a dispersão das situações laborais entre os docentes de um mesmo país e, em consequência, maior injustiça. Assim, o programa de reforma incluía a modificação dos estatutos docentes e como consequência das formas de contratação e regulação do trabalho para o setor: o fantasma da flexibilização laboral, a desregulamentação das relações de trabalho e a perda de estabilidade começou a rondar o setor docente.

A marca inovadora, simbólica e midiática da *Carpa Blanca* instalou-se fortemente nas práticas de luta do setor e de outros grêmios. Depois da prolífica experiência da *Carpa*, as modalidades de luta sindical já não seriam as mesmas. Quase todos os grêmios docentes das províncias argentinas incorporaram e articularam com suas já tradicionais estratégias de luta (a greve, a mobilização, a retenção de serviços) práticas de representação e de difusão de suas reivindicações. A partir da contundente repercussão pública do conflito docente e social condensado na *Carpa*, as formas de protesto se diversificaram, tornaram-se menos convencionais, com maior carga simbólica e mais midiáticas.

DANIEL H. SUÁREZ

GALANO, C. La Carpa Blanca: The White Marquee. *Caravan*, México, n.5, apr., 2000. Disponível em: <<http://www.alliance21.org/caravan/en/5/pg12.htm>>. Acesso em 10 set. 2010.

SUAREZ, D.H. Carpa Blanca. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

GENTILI, P.; SUÁREZ, D. *Reforma educacional e luta democrática: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2004.

MANGO, M.; VÁZQUEZ, S. (Comp.) *Descentralización y municipalización: el debate del espacio público en la escuela*. Buenos Aires: CTERA, 2003.

RODRÍGUEZ, L.; BERROSTEGUIETA, G. *Conflicto docente en Argentina*. Buenos Aires: CIPES, 1989. (Cuadernos de Documentación en Educación, n. 4)

SARLO, B. *La carpa blanca restauró un espacio público*. Montevideo: Brecha Gorda, 1999. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/SARLO-CARPA.pdf>>.

SUÁREZ, D. H. *Reforma del Estado, protesta social y conflicto docente en la Argentina (1997-2003): un caso para el estudio de la conflictividad educativa en América Latina*. Buenos Aires: OLPEd-LPP, 2005. (Serie Ensayos & Investigaciones, nº 5).